



MONITOR ECONÔMICO – nº 6 SINDREDE – 18/02/2021

Fonte: Em todos os casos, a fonte utilizada é o Tesouro Nacional, em particular, os relatórios disponibilizados pelo Tesouro por meio do Siconf e do FNDE. No caso dos dados relativos à educação priorizou-se o FNDE. Em todos os demais casos, o Siconf. Os dados foram confrontados com aqueles publicados pelo DOM (Diário Oficial do Município)

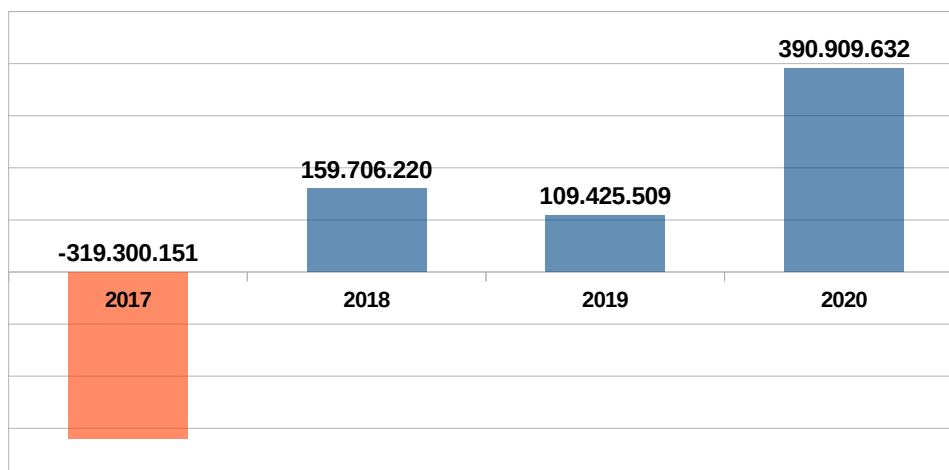
RECEITAS: Indicamos abaixo as receitas de Belo Horizonte realizadas no ano de 2020 em comparação com os três anos anteriores anteriores.

	2017	2018	2019	2020	2020/2019	2020/2017
Receita Total	9.717.117.393	10.558.498.031	11.624.856.327	12.736.799.948	9,57%	31,08%
Receita Corrente Líquida	8.576.297.990	9.055.381.394	10.168.210.411	11.278.988.657	10,92%	31,51%
Receita de Impostos e Trans.	5.331.633.007	5.617.352.675	5.941.210.749	6.383.027.384	7,44%	19,72%
Superávit Orçamentário	-319.300.151	159.706.220	109.425.509	390.909.632	257,24%	NA

Considerações: Conforme já indicava os dados contidos nos boletins bimestrais publicados no ano anterior, mesmo em um quadro de pandemia Belo Horizonte mantém um crescimento expressivo e real em suas receitas. A inflação em 2020, medida segundo o INPC, ficou em 5,45%. Nesse mesmo período, Belo Horizonte teve um crescimento de 9,57% em sua Receita Total, que passou de 11,62 bilhões de reais em 2019 para 12,74 bilhões de reais em 2020. Todas as demais receitas apresentaram crescimento superior a Inflação, sobretudo a Receita Corrente Líquida utilizada como base para o estabelecimento dos investimentos em pessoal. O destaque, no entanto, fica para o superávit orçamentário do período, que comentamos abaixo.

Destaque: SUPERÁVIT ORÇAMENTÁRIO

Superávit Orçamentário (em reais)



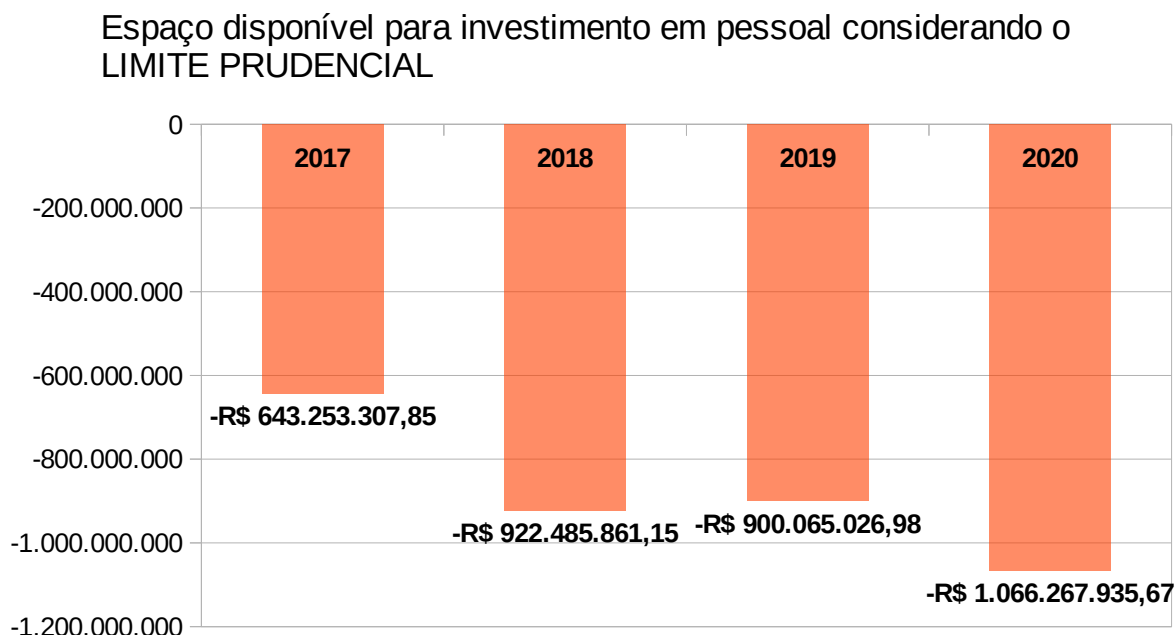
Na análise das receitas destacamos a evolução do superávit orçamentário do município. Esse superávit são sobras no orçamento de 2019 que ficam, então, disponível para o ano seguinte. Esses números mostram que, apesar da pandemia de COVID-19, Belo Horizonte terminou o ano com significativas sobras orçamentárias. Foram 390,9 milhões de reais de superávit enquanto no ano anterior foram 109,4 milhões. Um crescimento de 257,24%.

INVESTIMENTO EM PESSOAL: Indicamos, abaixo, os investimentos em pessoal nos último quatro anos, bem como os limites previstos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). São dois os limites: o prudencial de 51,3% da Receita Corrente Líquida e o Limite de fato, de 54% da Receita Corrente Líquida. Os dados e limites em questão dizem respeito unicamente ao pessoal do executivo.

	2017	2018	2019	2020	LRF	LRF Prudencial
Despesa com Pessoal	3.756.387.561	3.722.924.794	4.316.226.914	4.719.853.246	54,00%	51,30%
% Pessoal em relação a RCL	43,80%	41,11%	42,45%	41,85%		

Considerações: Nota-se um gasto com pessoal de 41,85% da Receita Corrente Líquida, inferior, portanto, aquele registrado em 2019 quando o limite era de 42,85%. Em termos absolutos houve um crescimento dos gastos com pessoal que passou de 4,316 bilhões de reais para 4,719 bilhões de reais. Esse crescimento, no entanto, foi de 9,35%, inferior ao crescimento da Receita Corrente Líquida que, como mostramos no item anterior, foi de 10.92%.

Destaque: ESPAÇO DISPONÍVEL TENDO EM VISTA O LIMITE PRUDENCIAL DA LRF



Em 2020, pela primeira vez, o espaço disponível para investimento em pessoal, considerando o limite prudencial, superiou a marca de 1 bilhão de reais. São recursos legalmente disponíveis para investimento em serviços essenciais como Educação e Saúde.

INVESTIMENTO EM EDUCAÇÃO: Indicamos abaixo os investimentos em educação e seu percentual em relação a Receita por Impostos e Transferências.

	2017	2018	2019	2020	Piso Constitucional
Educação Básica	1.431.564.977	1.537.235.203	1.559.520.648	1.634.379.706	
% Piso Educação	26,85%	27,37%	26,25%	25,61%	25,00%

Considerações: O percentual investido em Educação Básica em relação a Receita por Impostos e Transferências foi de 25,61% em 2020, inferior, portanto a todos os anos anteriores.

DETALHAMENTO DAS RECEITAS PRIMÁRIAS REALIZADAS: Segue abaixo o detalhamento do crescimento nas receitas primárias do município. As receitas primárias desconsideram a arrecadação de natureza financeira.

RECEITAS PRIMÁRIAS	2018	2019	2020	2020/2019
RECEITAS CORRENTES (I)	9.328.423.612,55	10.427.314.043,39	11.565.599.886,07	10,92%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	3.874.379.685,92	4.217.063.975,79	4.253.839.501,59	0,87%
IPTU	1.346.914.301,02	1.453.410.647,26	1.464.469.862,51	0,76%
ISS	1.399.078.384,65	1.580.252.804,03	1.536.098.292,71	-2,79%
ITBI	346.312.353,52	392.352.478,39	401.284.811,13	2,28%
IRRF	405.434.732,56	389.212.177,91	462.592.005,50	18,85%
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	376.639.914,17	401.835.868,20	389.394.529,74	-3,10%
Contribuições	395.756.159,12	396.662.521,41	426.972.853,84	7,64%
Receita Patrimonial	305.251.621,47	323.835.549,05	281.595.572,10	-13,04%
Aplicações Financeiras (II)	215.611.250,56	218.030.507,02	188.142.239,08	-13,71%
Outras Receitas Patrimoniais	89.640.370,91	105.805.042,03	93.453.333,02	-11,67%
Transferências Correntes	4.443.264.701,66	5.172.709.396,13	6.379.671.781,21	23,33%
Cota-Parte do FPM	429.179.683,88	463.836.611,53	447.251.961,48	-3,58%
Cota-Parte do ICMS	766.687.202,19	788.499.642,09	840.362.416,36	6,58%
Cota-Parte do IPVA	540.190.078,18	478.814.131,44	763.302.512,20	59,42%
Cota-Parte do ITR	2.208.532,48	1.475.796,92	539.459,33	-63,45%
Transferências da LC 87/1996	4.183.738,56	0,00	0,00	-
Transferências da LC nº 61/1989	11.707.015,72	9.678.712,56	8.680.975,29	-10,31%
Transferências do FUNDEB	486.114.350,28	798.335.435,40	948.569.541,13	18,82%
Outras Transferências Correntes	2.202.994.100,37	2.632.069.066,19	3.370.964.915,42	28,07%
Demais Receitas Correntes	309.771.444,38	317.042.601,01	223.520.177,33	-29,50%
Outras Receitas Financeiras (III)	1.655.581,21	0,00	1.082.519,17	-
Receitas Correntes Restantes	308.115.863,17	317.042.601,01	222.437.658,16	-29,84%
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV) = (I - II - III)	9.111.156.780,78	10.209.283.536,37	11.376.375.127,82	11,43%

Considerações: Houve crescimento na arrecadação em todos os itens destacados em amarelo, os destacados em vermelho houve retração. É altamente significativo que o município de Belo Horizonte tenha conseguido manter sua tendência de crescimento na arrecadação mesmo em um período que já engloba a quarenta em função da pandemia de coronavírus. Note-se ainda que houve elevação no montante arrecado relativo ao FUNDEB.

Da equipe do ILAESE

